

e culturais • Debates • Minicursos e Palestras



FAPEMIG

24 27 setembro Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro



www.fepeg.unimontes.br

Tipo ideal, dominação e cidade: uma análise do ensaio "A cidade" de Max Weber

Mário Sérgio Costa da Silveira

Max Weber foi um dos autores sociológicos clássicos que mais influenciaram na questão urbana. Com base no ensaio "A cidade, pode-se notar que o referido autor estudava a cidade buscando entender e explicar como se desenvolviam as atividades econômicas e o exercício da dominação. Basicamente o que se percebe é que Weber entendia que a cidade moderna pouco influenciava no capitalismo industrial. Todavia a cidade medieval teve grande influência na formação do capitalismo industrial moderno fornecendo os elementos necessários para tal, principalmente pela troca de papeis na dominação saindo da mão da nobreza aristocrática para a burguesia, e pela articulação de poderes que, mas a frente, cria o estado moderno. Assim, na "época moderna, já não era a cidade, mas sim o Estado que oferecia ao capitalismo o quadro institucional e político da sua evolução" (SOUZA, 2010, p. 111). Para melhor compreender o raciocínio de Weber, far-se-á, a partir desse momento, uma análise do ensaio supracitado¹ buscando colocar em evidência o que este autor entende como importante na cidade medieval ocidental.

O ensaio "A Cidade"

O ensaio "A cidade" é uma das partes da obra de Max Weber em que há uma comparação entre os sistemas político, social e econômico de várias cidades da Ásia e da Europa buscando comprovar a ideia de que a consolidação do capitalismo moderno só poderia ter ocorrido no ocidente europeu. Para tanto, no início do ensaio, o autor faz uma conceituação de cidade deixando claro que é um espaço onde se desenvolvem relações sociais únicas que não ocorriam nas áreas rurais, em especial, pelo tipo de dominação ali encontrada. Essas relações tinham ligação direta com as atividades econômicas desenvolvidas. A cidade, então, para ser caracterizada como tal, deveria possuir uma sede senhorial-territorial ou principesca e "a realização de troca de bens não apenas ocasional, mas regular, na localidade, como componente essencial das atividades aquisitivas e da satisfação das necessidades dos moradores: a essência de um mercado" (WEBER, 2004, p. 409). Partindo desta visão é importante destacar que nem todo tipo de adensamento populacional era considerado uma cidade, mas haveria a necessidade de que a maior parte da população vivesse da renda vinda da produção e venda de produtos industriais. Esse fator, junto com a existência de um mercado permanente, caracterizaria a cidade do ponto de vista econômico. Nas palavras de Weber, "se tenta definir a cidade do ponto de vista puramente econômico, seria um povoado cujos habitantes, em sua grande maioria, não vivem do produto da agricultura, mas sim da indústria ou do comércio" (WEBER, 2004, p. 409). Conclui-se que há uma distinção nítida entre as atividades urbanas e rurais. Desta forma, a "relação entre a cidade, como portadora da indústria e do comércio, e o campo, como fornecedor dos alimentos, constitui apenas uma parte de um complexo de fenômenos que se denominou 'economia urbana''' (WEBER, 2004, p. 413). Silva (2009) comenta que, de acordo com Weber, há uma definição de papeis dentro da economia em que a cidade começa a se especializar na produção industrial e no comércio e o campo como fornecedor de alimentos e matérias primas, fato marcante das cidades modernas.

A cidade também, além das características econômicas já citadas, são conceituadas pelas questões políticas. Assim "a cidade deveria ser considerada uma associação autônoma, em algum grau uma 'comuna' com instituições políticas e administrativas especiais" (WEBER, 2004, p. 415). Em um primeiro momento como o próprio Weber descreve, havia em boa parte do mundo, com poucas exceções, cidades fortificadas. Nestas fortificações, o poder normalmente pertencia a um rei ou a um membro da aristocracia que exercia dominação sobre os seus servos, vassalos e outros moradores. Os habitantes, em algum momento, eram obrigados e prestar serviços dentro desta fortificação, indo desde serviços militares a outros relacionados à sustentação interna. Na fortaleza havia a manutenção da paz, ou seja, para uma boa vivência, o soberano mantinha a paz interna e garantia a segurança externa com a existência de exército, guerreiros, milícias ou mercenários. Esta situação atraía artesãos e comerciantes que vinham satisfazer as necessidades de consumo e comércio das pessoas ocupadas com os serviços militares², mas também os interesses da cobrança de impostos do senhor ou soberano. Este último monopolizava a atividade comercial ou fazia as concessões comerciais tendo como retorno impostos ou taxas. Desta forma, conviviam juntas atividades econômicas e político-administrativas. Porém essa situação, de acordo com Weber, era mais aprimorada nas cidades medievais ocidentais. Notava-se em

¹ Todas as citações de Max Weber são da Seção 07 do Capítulo 08 do livro Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Volume 2. São Paulo, Unb: 2004.

² Esses recém-chegados ocupavam-se na produção de armamentos, tecidos, ferramentas e outros utensílios que eram usados na cidade e, em especial, pelos exércitos e demais homens ocupados com questões militares.





e culturais • Debates • Minicursos e Palestras

Unimontes Enserties Ended & Same Clini





FAPEMIG

www.fepeg.unimontes.br

algumas destas o surgimento do interesse do setor militar pelos lucros do comércio. Assim, clãs de guerreiros podiam tomar do soberano o monopólio comercial. Observava-se também a existência de uma "grande diversidade da estrutura



e culturais • Debates • Minicursos e Palestras







www.fepeg.unimontes.br

político-militar das associações de dominação, dentro das quais se realizava a fundação ou o desenvolvimento das cidades" (WEBER, 2004, p. 419).

A cidade ideal para Weber, no sentido de oferecer as condições para o desenvolvimento do capitalismo moderno, seria a cidade medieval ocidental. Desta forma, tentando confirmar a sua ideia, o referido autor faz algumas considerações a cerca dos adensamentos populacionais. Segundo ele, somente as cidades da Europa Ocidental apresentavam povoamento com caráter artesanal-comercial com as seguintes características:

> 1) uma fortificação, 2) um mercado, 3) um tribunal próprio e pelo menos parcialmente um direito próprio, 4) caráter de associação e, ligadas a este, 5) autonomia e autocefalia pelo menos parciais e, portanto, uma administração realizada por autoridades, em cuja nomeação participassem de alguma forma os cidadãos como tais (WEBER, 2004, p. 419).

Essas cinco características que, segundo Weber, demostravam a diferença entre as cidades medievais da Europa Ocidental e as demais ao redor do mundo. Estas foram alcançadas a partir de transformações não somente nas relações econômico-comerciais, mas também por influência de outros fatores como a perda de importância dos clãs, o fim dos direitos senhoriais e a formação de estamentos ou classes.

Com relação à formação de estamentos, Weber destaca alguns fatores importantes onde "a cidade ocidental, tanto na Antiguidade quanto na Rússia, era um lugar de ascensão da servidão à liberdade, por meio de atividade aquisitiva no regime de economia monetária" (WEBER, 2004, p. 427). Isso ocorria já que no ocidente europeu funcionava o regime feudal marcado pela servidão e, com o surgimento dos primeiros adensamentos urbanos, os senhores feudais, buscando os lucros do comércio, treinavam seus servos em atividades artesanais e os mandavam para as cidades. Estes trabalhavam não mais no feudo, mas nas cidades e remetiam o lucro para o seu soberano. Esta situação motivava, em boa parte das cidades da Europa Ocidental, a compra da liberdade pelo servo constituindo, de acordo com Weber, no diferencial que ocorreu nesta região.

Ao mesmo tempo, a liberdade dessas pessoas trouxe o crescimento do número de burgueses e também do adensamento urbano. Iniciou-se então, um processo de alteração nas relações de poder. De acordo com Weber, o governo das cidades, que antes sofria grande interferência da aristocracia feudal que residia, boa parte das vezes, fora do núcleo urbano, passou a ser exercido por citadinos que poderiam ser burgueses ou escolhidos pela população. Essa situação foi possível também pela pequena influência de elementos estamentais ligados à religião ou tradições como ocorria em outros locais.

Weber faz algumas observações sobre os motivos que causaram a perda de poder dos clãs dentro da Europa, mas não sabia afirmar com certeza. Um dos motivos listados pelo autor foi à expansão territorial inclusive com a conquista de colônias ultramarinas. A participação em guerras e conquistas e a chegada de migrantes minaram os laços místicos e familiares dos clas pela miscigenação da população. Além desse, outro fator referenciado e que ganhou maior destaque do autor foi a expansão das religiões cristãs.

A influência do cristianismo foi além do enfraquecimento das relações de clãs; passou a dominar toda a esfera da sociedade urbana. Nesta, de acordo com Weber, toda a pessoa era tratada como um indivíduo e possuía os mesmo direitos que os demais, mesmo os estrangeiros. Essa influência ampliou-se de tal forma que "para ser um burguês plenamente qualificado era a qualificação plena na paróquia eclesiástica, e não a qualificação plena do clã, como na Antiguidade" (WEBER, 2004, p. 433).

Nas cidades medievais ocidentais, além das características já referidas, existia ainda outro diferencial relacionado à organização do sistema político-administrativo. Este sistema, que, de acordo com Weber, não existia em outros locais, consistia em um sistema de escolha dos líderes e administradores pela população ou pelo menos parte dela que também participava na construção das leis. Os cidadãos da cidade organizavam-se em associação que lhes davam direito à eleição de líderes e administradores e formulação da legislação.

Essa associação também era fortalecida pela confraternização por juramento, passo posterior da formação das associações, e o juramentado tinha direitos iguais aos demais. Desta confraternização por juramento deu-se origem em algumas cidades, a constituições próprias. Conclui-se que essas instituições urbanas se fortaleceram uma vez que se apropriaram dos poderes de dominação. É importante entender que "numerosas pretensões de dominação existem lado a lado, cruzando-se" (WEBER, 2004, p. 437). Assim, ocorrem diversos poderes dentro da cidade que avisam a supremacia buscando o domínio dos demais. Para que houvesse condições de governabilidade, faziam-se as conjurações por juramento entre todos os poderes. Desta forma, como o próprio Weber afirma, para que existisse uma conjuração duradoura era necessária uma "associação baseada em juramento da comunidade 'completa', isto é, de todos os poderes que, no momento em questão, exercem ou reclamam o poder militar dentro dos muros e são capazes de mantê-lo" (WEBER, 2004, p.437). Destaca-se que um dos principais objetivos dessas conjurações era o monopólio das oportunidades econômicas dentro da cidade. Assim, uma pessoa só poderia exercer atividades econômicas dentro da zona urbana se este tivesse feito juramento.



e culturais • Debates • Minicursos e Palestras

UNIVERSIDADE: SABERES E PRÁTICAS INOVADORAS FAPEMIG



24 a 27 setembro Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro



www.fepeg.unimontes.br

Além das atividades econômico-comerciais, a confraternização por juramento determinava também os deveres de cada um dentro da zona urbana e criava "as organizações militares, a fim de ampliar para forma da esfera o poder político e econômico da comuna" (WEBER, 2004, p. 438). Era importante destacar que, em função desta expansão para fora dos muros da zona urbana, os conflitos entre cidades eram comuns no princípio, mas, em função das trocas comerciais entre estas, as disputas de poder acabaram sendo minadas.

A confraternização por juramento trouxe, com o passar do tempo, instituições políticas sólidas. Conclui-se que os participantes destas

[...] eram membros de uma comunidade jurídica sujeito a um direito estamental especial para cidadãos urbanos. Este direito significava formalmente a extinção do antigo princípio de personalidade do direito e materialmente o rompimento dessas associações feudais e do patrimonialismo estamental" (WEBER, 2004, p. 439).

Com esta fala entende-se que, para Weber, houve uma consolidação dentro do espaço urbano das atividades econômicas (comercio e produção industrial), o fim das influências de clãs ou tabus que impediam o desenvolvimento de um direito geral e individual com o crescimento em número dos cidadãos livres (extinção do sistema de dominação feudal dentro das cidades), e a implantação de instituições político-administrativas sólidas. Lembra-se que o cristianismo foi um dos fatores que se somaram aos demais para criar essas condições e que todos esses acontecimentos são ligados e aconteceram de forma concomitante. Desta forma, com base no que foi exposto, percebe-se como o referido autor, analisando historicamente e sociologicamente a formação das cidades em períodos e tempos diferentes e tenta comprovar uma questão latente em seus estudos: a de que a gênese do capitalismo moderno só poderia ocorrer no ocidente com destaque para a Europa.

O ensaio em estudo foi publicado dentro do livro "Economia e Sociedade: fundamentos de uma sociologia compreensiva", fazendo parte do capítulo nove intitulado como Sociologia da Dominação, seção sete com o nome de "A dominação não-legítima (tipologia das cidades)". Até o momento não foi feito neste trabalho, uma análise detalhada do que é dominação e como ocorreria a dominação não-legítima. Desta forma, na próxima seção deste trabalho, far-se-á uma análise dos conceitos de tipo ideal e de dominação legítima e não-legítima.

O tipo ideal, ação social, dominação e as cidades para Weber

A metodologia utilizada por Weber para o desenvolvimento do ensaio "A cidade" baseia-se na comparação, ao longo do tempo e da história, entre várias cidades principalmente da Ásia e da Europa buscando um padrão que seja o seu tipo ideal. O tipo ideal para Weber seria a cidade medieval europeia como já referenciado anteriormente, mas não com esses termos.

O conceito de tipo ideal desenvolvido por Weber seria aquele que baseado na abstração, ou seja, o pesquisador procura analisar os elementos a partir da própria realidade identificando o que é geral a partir de padrões de repetição ou semelhança entre situações e realidades eliminando as particularidades. Assim, a escolha dos fatos para análise está relacionada aos valores do pesquisador (QUINTANEIRO *et al*, 2003) e "não expressão o conteúdo da realidade tal como ela é" (SELL, 2012, p. 111). Assim, o tipo ideal é, de acordo com QUINTANEIRO *et al* (2003, p. 102), a "elaboração de um instrumento que oriente o cientista social em sua busca de conexões causais" da realidade, ou seja, é um modelo simplificado do real formulado a partir de traços típicos e considerado importante pelo pesquisador para a determinação da causalidade.

As possibilidades e limites da definição de um tipo ideal são a unilateralidade, a racionalidade e o caráter utópico. Para se construir um tipo ideal parte-se da seleção de fatos ou elementos em uma realidade abrangente onde o pesquisador seleciona, de acordo com os seus intuitos e conceitos, aqueles que considera mais importantes. Isso dá a pesquisa o caráter de unilateralidade. Já a ligação entre os elementos é elencada pelo pesquisador de modo racional. Ao mesmo tempo, dentre os vários elementos considerados pelo pesquisador como racional há a influência de vários elementos irracionais no desenvolvimento do fenômeno real. Isso mostra que o tipo ideal é utópico e não representa uma realidade complexa.

Outro conceito importante formulado por Weber é o conceito de ação social. Para Weber, a sociologia é a ciência que estudo as ações dos indivíduos dentro da sociedade analisando o curso e efeito destas. Assim, o conceito de ação social é de fundamental importância para se entender a sociologia weberiana. Ação social é toda a ação desenvolvida por um indivíduo que influencia ou que é influenciada pelo comportamento de outros (SELL, 2012). Assim, a ação só é social quando tem a participação de dois ou mais indivíduos. A partir da ação social entende-se o que é relação social. Este último é a "conduta plural, reciprocamente orientada, dotada de conteúdos significativos que descansam na probabilidade de que se agirá socialmente de um certo modo (QUINTANEIRO *et al*, 2003, p. 108). Isso cria os padrões e repetições que são estudados dentro dos tipos ideais.



e culturais • Debates • Minicursos e Palestras

APOID: FAPEMIG

Unimonte:





www.fepeg.unimontes.br

O último conceito a ser colocado neste trabalho é o de dominação. Segundo Weber, dominação seria

[...] uma vontade manifesta ('mandado') do 'dominador' ou dos 'dominadores' quer influenciar as ações de outras pessoas (do 'dominado' ou dos 'dominados'), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações ('obediência'). (WEBER, 2004, p.191).

Assim a dominação é uma forma de manter a ordem dentro de uma sociedade. Para que haja dominação primeiramente se faz necessária a obediência dos dominados. Assim ter-se-ia uma "correspondência significante entre uma ação (que poderia ser uma ordem) e uma outra ação (que é obedecida) e reciprocamente (SOUZA, 2010, p. 118). Assim a dominação precisa ter uma legitimidade, garantindo a ordem social. De acordo com Sell (2012), Weber entendia que a dominação se divide em três tipos principais:

- 1. Dominação Legal: é a dominação exercida por uma pessoa ou grupo de pessoas que tem sua autoridade conferida por um órgão ou por legislação;
- Dominação Tradicional: é a dominação exercida quando há a crença na santidade de ordens e poderes senhoriais tradicionais (WEBER, 2004);
- Dominação Carismática: é a dominação por veneração da santidade, ato heroico ou mesmo do caráter moralmente correto e exemplar de uma pessoa dentro da sociedade.

A partir da definição desses conceitos pode-se analisar o que Weber pensou durante a escrita do ensaio "A cidade". O primeiro ponto a ser colocado é a questão do tipo ideal. No ensaio o tipo ideal seria a cidade medieval ocidental principalmente quando se pensa no desenvolvimento das atividades econômicas. Estas atividades, somadas com outros fatores, interferiram de maneira direta na modificação de uma sociedade feudal para uma sociedade com grande influência dos núcleos urbanos e com um desenvolvimento considerável das atividades comerciais e industriais.

A partir dessas considerações pode-se observar também outros pontos do pensamento de Weber relativos ao tipo ideal já que ele desenvolve todo o seu raciocínio tentado comprovar que a cidade medieval ocidental era a única que possibilitou o desenvolvimento do capitalismo moderno. Dessa forma, ele coloca a perda de poder dos clãs, a libertação dos servos e a constituição de confraternizações por juramento, tendo como pano de fundo o desenvolvimento de uma economia comercial-industrial, como forma de afirmação do seu tipo ideal.

Outro ponto importante a se destacar é a questão da dominação. Em sua obra, poucas vezes Weber destaca a dominação não-legítima. Esta teve maior destaque com relação ao ensaio em estudo. Para o autor, a dominação legítima seria aquela exercida pelos senhores feudais. Com a liberdade dos servos e com a perda de poder por parte dos senhores feudais, a dominação exercida por eles se enfraquecera e começaram surgir novos grupos exercendo dominação. Dessa forma, pode-se perceber ainda os resquícios do poder feudal ao lado das confraternizações por juramento dentre outros poderes que coexistiam concomitantemente dentro da cidade.

Considerações Finais

Dentro da sociologia urbana, Weber foi um dos autores clássicos que mais contribuíram para o desenvolvimento desta vertente entendendo que dentro das cidades ocorrem relações sociais únicas. Assim a tipologia das cidades inserida por Weber e a sua análise comparativa foram marcantes para o entendimento de fatos e relações urbanas atuais principalmente quando se pensa na formação de instituições e no pluralismo de poderes que existem nas zonas urbanas, como também hoje nas áreas rurais por influência das cidades.

Referências

QUINTANEIRO, Tânia *et al.* Um toque de clássicos: Marx, Durkhein e Weber. 2° ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003.

SELL, Carlos Eduardo. Sociologia Clássica: Marx, Durkhein e Weber. 3° Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, Ângelo. **Sociologia urbana.** Curitiba: IESDE, 2009.

SOUZA, Antônio Miguel Lopes. Para os estudos e práticas urbanas, um olhar sobre Max Weber. **Ponto e vírgula.** São Paulo, 2010, n.º 07, p. 109-126.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume II. São Paulo: UNB, 2004.

. "Conceito e categorias de cidade". In: VELHO, Otávio Guilherme (org). **O fenômeno urbano.** 2º Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.